

ENTENDIMENTO

Falta de credibilidade na política oficial dificulta um acordo

por Livia Ferrari
do Rio

As dúvidas em relação à credibilidade do governo são, na opinião de empresários fluminenses ouvidos por este jornal, um dos principais empecilhos para a fixação, negociada, de uma política de reajustes de preços, capaz de deter o processo de hiperinflação a curto prazo. O presidente do Sindicato das Indústrias Mecânica e de Material Elétrico do Rio de Janeiro (que reúne 600 empresas associadas), César Moreira, está convencido de que a única saída para conter o atual ritmo de inflação galopante é o entendimento nacional amplo entre empresários, trabalhadores e governo.

Nesse sentido, ele considera que o novo acordo proposto pelo governo não passa, até o momento, de "uma negociação de cúpula, um entendimento entre comadres", que ainda não incluiu ou não sensibilizou as bases empresariais. "Até agora, as indústrias do Rio, representadas pela Federação Fluminense, não foram chamadas a participar do processo, que se limita à meia dúzia de empresários que não têm, necessariamente, apoio de suas bases", diz Moreira, que é também presidente da Usimeca.

Ao questionar a credibilidade do governo para um acerto desse tipo, o empresário lembrou a experiência frustrada das negociações travadas em torno do pacto social, no ano passado, que, segundo ele, serviram apenas como uma "espécie de biombo" para a edição governamental do Plano Verão, em 1989, sem consulta prévia à sociedade.

Esse exemplo é citado por ele como uma "traição" do governo, que "não cumpriu sua cota de sacrifício para deter a inflação e sempre colocou o setor empresarial como vilão do processo de aumento de preços". "Sessenta por cento da economia brasilei-

ra está na mão do governo, através da produção direta ou via arrecadação de impostos. Apesar disso, o governo insiste em responsabilizar os empresários pelos fracassos da política econômica", destaca ele.

O líder sindical lembra ainda que, há cerca de dois meses, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) encaminhou um documento ao ministro Mailson da Nóbrega propondo um entendimento entre os poderes Executivo e Legislativo, como alternativa de contenção do patamar da inflação.

O presidente da Kauri S.A., empresa fabricante de tintas industriais e resinas sintéticas, Nuni Kalfman, considera indispensável a negociação de um acordo de preços "para quebrar esta ciranda trágica que está levando o País à hiperinflação". Segundo ele, é preciso reverter a expectativa inflacionária, até mesmo como forma de sobrevivência da sociedade. Indagado sobre as notícias de que os fabricantes de tintas teriam, na última semana, reajustado seus preços em até 70%, o presidente da Kauri (empresa nacional) garantiu não ter praticado aumentos daquela ordem, "mesmo porque o mercado não comportaria". "Somos uma média empresa, que não tem poder de ditar preços e que compete no mercado com outras 200 empresas", disse ele.

Da mesma forma, o presidente do sindicato das indústrias de tintas do Rio de Janeiro, Theodoro Jagodits de Kernecsa, disse que a concorrência do setor de tintas é muito forte, "é mesmo que algumas empresas tenham tentado aumentar seus preços naqueles níveis serão obrigadas, posteriormente, a praticar descontos". Reticente, Kernecsa não quis tecer comentários sobre as tentativas de um novo acordo de preços entre o governo e o setor empresarial.